



ONTOLOGIA E MEDIAÇÃO: KANT, PEIRCE E JUNG

ONTOLOGY AND MEDIATION: KANT, PEIRCE AND JUNG

Ana Lucia Fernandez¹
 Ermelinda G. F. Silveira²
 Kariston Pereira³
 Shirley Queiroz⁴
 Richard Perassi L. de Sousa⁵
 Francisco A. P. Fialho⁶

RESUMO: As origens deste texto decorrem das reflexões realizadas em grupo, durante o desenvolvimento das disciplinas “Epistemologia e Ciência” e “Semiótica, Estética e Conhecimento”, ambas do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento - UFSC. A principal questão abordada é a intuição na origem do conhecimento, como foi primeiramente proposta nas categorias apresentadas na “Crítica da Razão Pura” de Immanuel Kant, as quais questionaram o cartesianismo. Posteriormente, as categorias kantianas também foram criticadas por Charles S. Peirce, que foi autor de uma série de sete questões sobre o tema em estudo. Essas questões são apresentadas e discutidas a seguir, de acordo com o pensamento de Peirce e, também, com as idéias de Carl Gustav Jung. O ponto de convergência que justifica o confronto das idéias de Peirce e Jung é o conceito de símbolo que foi adotado e particularmente desenvolvido pelos dois pensadores.

PALAVRAS-CHAVE: Intuição, Origem do Conhecimento, Ontologia, Mediação, Significação.

ABSTRACT: The origins of this text are a result from the reflections accomplished in group, during the development of the disciplines “Epistemology and Science” and “Semiotics, Aesthetics and Knowledge”, both of the Post-Graduate Program in Knowledge Engineering and Management - UFSC. The main approached subject is the intuition in the knowledge origin, as it was proposed firstly in the categories presented in the "Critical of Pure Reason" of Immanuel Kant, which had questioned the cartesianism. Later, the Kantian categories were also criticized by

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento – EGC – UFSC. analuciafz@gmail.com.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento – EGC – UFSC. mely@br.inter.net.

³ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento – EGC – UFSC. Professor do Depto. de Ciência da Computação da UDESC (CCT/Joinville). karistonpereira@gmail.com.

⁴ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção – PPGEP – UFSC. Professora do Depto. de Desenho Industrial da UnB. shirleyqueiroz@gmail.com.

⁵ Doutor em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP. Professor do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento – EGC – UFSC. perassi@cce.ufsc.br.

⁶ Doutor em Engenharia de Produção pela UFSC. Professor do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento – EGC – UFSC. fapfialho@gmail.com.

Ana Lucia Fernandez
 Ermelinda G. F. Silveira
 Kariston Pereira
 Shirley Queiroz
 Richard Perassi L. de Sousa
 Francisco A. P. Fialho



Charles S. Peirce, that was author of a series of seven questions on the theme in study. Those questions are presented and discussed to follow, in accordance with the Peirce's thought and, also, with Carl Gustav Jung ideas. The convergence point that justifies the confrontation of the Peirce and Jung ideas is the symbol concept that was adopted and particularly developed by the two thinkers.

KEYWORDS: Intuition, Knowledge Origin, Ontology, Mediation, Meaning.

1. Introdução

Há dois métodos de bloquear o caminho do conhecimento: presumir a impossibilidade de se conhecer a verdade ou assumir que a verdade já é conhecida. (C. S. Peirce).

Aos 28 anos, Charles Sanders Peirce (1839-1914) publicou o texto “Sobre uma nova lista de categorias” (1867), que viria a ser a coluna dorsal de todo o seu pensamento e obra. A menção do adjetivo “nova” estabelece uma oposição às categorias legadas especialmente por Immanuel Kant (1724-1804), filósofo cujo pensamento foi estudado exaustivamente por Peirce no começo de sua vida acadêmica.

Mesmo reconhecendo o valor das categorias kantianas, Peirce as considerou insatisfatórias, por não haverem se estabelecido como categorias efetivamente gerais, formais e universais.

O ponto de partida de Peirce foi sua crítica aos conceitos de *noumeno* e *fenomeno*, como foram indicados por Kant, que atrelavam o conhecimento à experiência sensível. Os objetos, ao tocarem nossos sentidos, em parte, produzem representações, por si próprios. Mas, em parte, põem em movimento a atividade do nosso entendimento para compará-las, conectá-las ou separá-las. Esse último é o modo como assimilamos a matéria bruta das impressões sensíveis como um conhecimento dos objetos que se chama “experiência”.

Kant assinala, entretanto, que embora todo o nosso conhecimento comece com a experiência, nem por isso todo ele se origina justamente da experiência, porque há certas condições a priori para que as impressões sensíveis se convertam em conhecimento. Os juízos ou

Ana Lucia Fernandez
 Ermelinda G. F. Silveira
 Kariston Pereira
 Shirley Queiroz
 Richard Perassi L. de Sousa
 Francisco A. P. Fialho



conhecimentos a priori são decorrentes de uma realidade independente do sujeito individual, denominada de “coisa em si” ou “númeno” (*noumenon*).

Apesar de ser um realista metafísico, Kant negou a possibilidade de se conhecer as coisas em si. A cognoscibilidade era dos fenômenos, que é o modo como as coisas em si apresentam-se ao sujeito. "O que as coisas em si possam ser, não o sei, nem necessito sabê-lo, porque uma coisa jamais pode aparecer-me de outro modo a não ser no fenômeno." (KANT, 1987, p. 332). As coisas em si permaneceriam para sempre em uma zona de sombra cognitiva. Mas, apesar disso, Kant defende que existe o conhecimento verdadeiro das coisas para nós, o qual é objetivamente válido por meio de uma intersubjetividade comum.

Na apresentação de suas novas categorias, Peirce, por sua vez, chegou a três elementos gerais e indecomponíveis de todos os fenômenos: 1- qualidade, 2- relação e 3- representação. O que mais tarde, por volta de 1902, acabou por denominar como “primeiridade”, “secundidade” e “terceiridade”.

Lucia Santaella (2004, p. 30), na qualidade de estudiosa do pensamento de Peirce, explica o perfil dessas categorias, indicando o caráter geral de cada uma delas. Assim, a primeiridade é relacionada com as idéias de acaso, originalidade, presentidade, imediaticidade, frescor, espontaneidade, qualidade, sentimento, impressão. A secundidade interage com as idéias de ação e reação, esforço, resistência, conflito, surpresa, luta, aqui e agora. Por fim, a terceiridade estabelece relações com as idéias de generalidade, continuidade, crescimento, aprendizagem, tempo e evolução.

Depois de propor essas categorias universais, Peirce se dedicou às questões da metodologia filosófica, questionando a hegemonia da herança cartesiana nos métodos cognoscitivos.

Para Peirce, são cartesianos todos os pensadores que têm a intuição como um pressuposto, ainda que a considerem inadvertidamente. Sua rejeição ao cartesianismo é indicada como uma conseqüência da busca por uma fundação epistêmica mais adequada aos desafios para os quais as ciências apontavam, no contexto da segunda metade do século XIX.

Nessa perspectiva, Peirce considera que o conceito de intuição, além de fundamentar as diferentes formas de cartesianismo na tradição racionalista, continuava influenciando também a

Ana Lucia Fernandez
Ermelinda G. F. Silveira
Kariston Pereira
Shirley Queiroz
Richard Perassi L. de Sousa
Francisco A. P. Fialho



tradição empírica. Fixando suas raízes no pensamento platônico, a intuição no cartesianismo é entendida como uma cognição sem predecessores, não sendo determinada por nenhuma outra cognição.

Há resquícios do desejo ancestral pelo transcendente, que busca uma fundação epistêmica absolutamente certa ou verdadeira. É uma visão interior (*insight*), de caráter mental, que remonta a Platão. Embora seja qualificado como “visão”, originalmente, esse conceito não considera nada de sensorio, porque indica uma experiência estritamente mental. No pensamento de Kant, as intuições são consideradas perceptos e, por isso, o termo adquiriu o sentido daquilo que é dado na experiência sensorial, diferenciando-se da idéia de Descartes.

Em “regras para a orientação do espírito” (DESCARTES, 2007), Descartes teoriza sobre o *insight* intelectual humano como caminho para a natureza da investigação, da clareza, da verdade e da certeza, e que este poderia ser realizado pelo atendimento a certas regras. Portanto, Peirce entendia que, para o cartesianismo, a ação mental era intuitiva. Assim, nas situações de *flash*, quando descobrimos ou ganhamos uma nova e instantânea compreensão das coisas, há ilustrações aparentemente questionáveis dessa forma de ação mental. A intuição seria o conhecimento imediato, instantâneo, direto, não mediado por nenhuma cognição prévia, como indica a citação a seguir:

Não se trata do flutuante testemunho dos sentidos ou o juízo falaz da imaginação inabilmente combinadora, mas de um conceito da mente pura e atenta, tão fácil e distinto que não permanece nenhuma dúvida em torno daquilo que pensamos. Ou seja, o que é a mesma coisa, um conceito indubitável da mente pura e atenta, que nasce unicamente da luz da razão e é mais certo do que a própria dedução. (REALE; ANTISERI, 1991, p. 362).

Quando descrevemos o que sentimos ao efetuar uma descoberta, somos sempre irremediavelmente cartesianos. Enfim, tudo parece estar a favor dessa teoria, especialmente, porque confirma nosso poder mental, oferecendo segurança psicológica sobre nossas descobertas e clareza a respeito do que pensamos.

A transcendência fundamenta o idealismo cartesiano que foi encarcerado por sua principal descoberta: “penso logo existo”. O cogito comprovou a existência de um ser pensante, mas não identificou os pensamentos verdadeiros com relação aos falsos, restando à intuição esse parecer. Posteriormente, tanto Kant quanto Peirce investiram em esclarecer essa questão,

Ana Lucia Fernandez
Ermelinda G. F. Silveira
Kariston Pereira
Shirley Queiroz
Richard Perassi L. de Sousa
Francisco A. P. Fialho



refletindo sobre os fundamentos da intuição. Como é proposto a seguir, o conceito de intuição também comparece no pensamento de Jung, que é voltado à Psicologia Analítica.

2. Desconstruindo o Cartesianismo: visões de Peirce e Jung

A tradição e a persuasão psicológica da teoria cartesiana sobre a intuição, com suas conseqüências para a ação mental: 1- descoberta, 2- clareza e 3- método, desviam a atenção e dificultam compreensão da filosofia peirceana sobre cognição. Santaella (2004) levanta a hipótese de que a dificuldade de se entender Peirce é inversamente proporcional ao poder e à força da herança cartesiana.

Se a formação cartesiana continua a nos influenciar até hoje, imaginemos então na época em que, reagindo e desconstruindo o cartesianismo, Peirce dedicou-se a responder as sete perguntas a seguir:

- 1) Podemos julgar corretamente se uma cognição foi determinada por uma cognição prévia ou se ela se refere imediatamente ao seu objeto, pela simples contemplação da cognição, sem qualquer conhecimento prévio e sem raciocinar por meio de signos?
- 2) Temos uma autoconsciência intuitiva?
- 3) Temos um poder intuitivo para distinguir entre os elementos subjetivos de diferentes espécies de cognição?
- 4) Temos qualquer poder de introspecção ou todo o nosso conhecimento do mundo interior é derivado da observação dos fatos externos?
- 5) Podemos pensar sem signos?
- 6) O signo pode ter algum significado, quando por definição, é signo de algo absolutamente incognoscível?
- 7) Há alguma cognição não determinada por uma cognição prévia?

O problema levantado pela primeira pergunta questiona como é possível saber que estamos tendo uma cognição, mesmo que existam as cognições intuitivas. Para Peirce, são os nossos sentimentos, como campo da primeiridade, que se mostram como a única evidência para a suposição de que temos capacidade de distinguir entre uma cognição intuitiva e uma derivativa.

Ana Lucia Fernandez
Ermelinda G. F. Silveira
Kariston Pereira
Shirley Queiroz
Richard Perassi L. de Sousa
Francisco A. P. Fialho



Mas, os sentimentos podem ser tomados como seguramente certos? Como é possível ter certeza de que se trata de uma intuição e não de sentimentos resultantes do processo de aprendizado?

Eis a questão: na idade média, por exemplo, a credibilidade da autoridade era tomada como primeira premissa de um argumento. Se há desacordo é porque não temos o poder de distinguir entre as premissas originárias e derivadas pela simples contemplação delas. Quer dizer, não temos o poder de discriminar entre o que vimos e o que inferimos, portanto, não sabemos distinguir o que é um dado intuitivo e o que é um dado modificado pelo intelecto. Conclui-se que, mesmo havendo as intuições originárias, nós não temos os meios para confirmar se são, de fato, originárias.

Para Carl Gustav Jung (1875-1961), que trabalhou com os conceitos de função psíquica e inconsciente, a função intuição está associada a um tipo de percepção que busca os significados, as relações e as possibilidades futuras da informação recebida. Esta função psíquica atua no nível de percepção subliminar, como percepções sensoriais tão sutis que escapam à nossa consciência, registrando-se ao nível do inconsciente, antevendo possibilidades de acontecimentos e correspondendo aos pressentimentos, palpites e impressões.

A função intuição pode se manifestar de forma subjetiva, objetiva, concreta ou abstrata. Na forma subjetiva, a percepção de fatos inconscientes é proveniente basicamente do próprio sujeito, enquanto que na objetiva provém dos objetos. Já a concreta se baseia na percepção referente à realidade das coisas, enquanto que na abstrata há a percepção relacionada a idéias.

Em parte, Jung concorda com Peirce ao descrever a intuição extrovertida, como a função psíquica responsável pela visão interna de possibilidades do mundo externo. No entanto, indica também a existência da intuição introvertida, responsável pela visão profética, que capta as imagens arquetípicas que nascem do inconsciente coletivo e fornecem dados importantes para o entendimento dos acontecimentos em geral.

Para Peirce, a segunda pergunta, sobre termos ou não uma autoconsciência intuitiva, enfoca a questão do eu privado, individual. Se houver uma teoria alternativa capaz de explicar a consciência que temos do nosso Ego, então não haverá necessidade de postular a existência de uma autoconsciência intuitiva.

Ana Lucia Fernandez
Ermelinda G. F. Silveira
Kariston Pereira
Shirley Queiroz
Richard Perassi L. de Sousa
Francisco A. P. Fialho



Por meio de vários exemplos, que evidenciam processos de aprendizado em bebês e crianças, Peirce concluiu que a autoconsciência é inferencial, isto é, temos consciência do eu por inferências. Só temos consciência de um mundo exterior, secundidade, que existe como algo diferente do eu, quando erramos. É só então que, tropeçando no real, experimentamos o externo como algo distinto de nossas expectativas, desejos e fantasias. Assim sendo, torna-se totalmente desnecessária a intuição como fonte de nossa autoconsciência.

A resposta à segunda pergunta peirceana pode ser ampliada através da noção junguiana de Ego. No entanto, não podemos deixar de considerar que no modelo psíquico junguiano existe também o *Self*.

O Ego é o centro coordenador da consciência, sujeito da nossa identidade pessoal e centro dos nossos desejos e de nossas atenções, funcionando como um organizador consciente das impressões, internas e externas, das lembranças não reprimidas, da sequência temporal, espacial e causal. Como ele é o gerenciador da consciência, é a estrutura psíquica responsável pela tomada de decisões, fixando prioridades e mobilizando energia física e emocional necessárias para o cumprimento de tarefas.

A partir das colisões com o meio ambiente o Ego se desenvolve: “uma quantidade moderada de conflito com o meio ambiente e certa dose de frustração são, portanto, as melhores condições para o crescimento do Ego.” (STEIN, 2000, p. 34).

O *Self* ou o Si-mesmo, por sua vez, é um fator interno de orientação, diferente do Ego. Corresponde ao centro ordenador e unificador da psique total (consciente e inconsciente), assim como o Ego é o centro da personalidade consciente. O Si-mesmo constitui, por conseguinte, a autoridade psíquica suprema, mantendo o Ego submetido ao seu domínio. O Si-mesmo é descrito de forma mais simples como a divindade empírica interna, e equivale à *imago Dei* (EDINGER, 1992).

A terceira pergunta, sobre a existência de um poder intuitivo para distinguir entre os elementos subjetivos de diferentes espécies de cognição, é uma preparação para a quarta. Segundo Peirce, nossa habilidade para diferenciar crenças e conceitos, o imaginário e o real, foi simplesmente tomada como evidência de que temos uma faculdade intuitiva. Mas, na realidade,



não podemos intuitivamente saber que uma cognição é intuitiva, porque não temos reconhecimento intuitivo dos elementos subjetivos da consciência.

Para Jung, estamos o tempo todo utilizando a “projeção”, na qual os conteúdos inconscientes são vivenciados nos objetos externos, como se pertencessem ao próprio objeto. Assim, não é possível separar o real do imaginário, porque todos os conteúdos do nosso inconsciente estão sendo constantemente projetados nos objetos que nos circundam.

Na quarta pergunta, sobre o poder de introspecção ou o primado e a hegemonia da observação dos fatos externos, Peirce quer indicar “uma percepção direta do mundo interior, mas não necessariamente uma percepção dele como interior”. Não considera isso como sinônimo de intuição, mas o qualifica como “qualquer conhecimento do mundo interior que não é derivado de observação externa.” Peirce concluiu que, do mesmo modo que só nos conhecemos individualmente por meio de inferências a partir de fatos externos, também, só podemos chegar a conhecer o mundo interior ou mental por meio de inferências a partir do exterior. Se essa é uma hipótese defensável, o postulado da intuição na perspectiva cartesiana, mesmo que não desaprovado, torna-se totalmente dispensável.

Para argumentar que o nosso conhecimento do mundo mental é inferencial, nossas percepções dos objetos externos e de nossas próprias emoções foram consideradas. No caso da sensação, pode-se dizer que algo externo as provocou. Mas, aparentemente, o mesmo não acontece quando se trata da emoção, porque é comum considerar a emoção como brotando diretamente do mundo interior. Entretanto, contrariando crenças e aparências, Peirce afirmou que também no campo das emoções é sempre um objeto externo que fornece material para uma inferência.

No modelo psíquico junguiano, nós só podemos chegar a conhecer o mundo interior ou mental por meio do Ego. Para perceber o inconsciente, a consciência o configura por meio de imagens provenientes do mundo externo. Portanto, parte da função da consciência é traduzir criativamente o mundo interior para a realidade visível, além de reconhecer e assumir o mundo exterior através da porta dos sentidos.

Com base na introspecção ativa, Jung desenvolveu um método de abordagem ao inconsciente, que foi chamado de Imaginação Ativa. O método consiste na observação do fluxo

Ana Lucia Fernandez
Ermelinda G. F. Silveira
Kariston Pereira
Shirley Queiroz
Richard Perassi L. de Sousa
Francisco A. P. Fialho



das imagens interiores, que são obtidas mediante a concentração máxima do fundo da consciência. As imagens trabalhadas na imaginação ativa não são produtos de sonhos, mas sim de imagens vindas do inconsciente em estado de vigília. Através da técnica da imaginação ativa pode haver um reencontro com imagens arquetípicas, possibilitando a diminuição da dor emocional. A vantagem desse método é o de trazer à luz uma grande quantidade de conteúdos inconscientes.

A quinta pergunta, sobre a possibilidade de pensar sem signos, introduz a teoria dos signos para completar a argumentação contra a intuição cartesiana. Segundo Peirce, nós só podemos chegar a conhecer nossos pensamentos por meio de inferências de algo externo, pela razão muito simples de que não há inferência possível sem signos, além de que todo pensamento conhecível é pensamento em signos, externalizável em signos.

Na visão de Peirce, um signo, ou *representamen*, é aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria, na mente desta pessoa, um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido. Segundo Peirce:

Ao signo assim criado denomino *interpretante* do primeiro signo. O signo representa alguma coisa, seu objeto. Representa esse objeto não em todos os seus aspectos, mas com referência a um tipo de idéia que eu, por vezes, denominei fundamento do *representamen* (PEIRCE, 1931-58, v. 5, p. 228, tradução nossa).

Já o símbolo é um signo que se refere ao objeto denotado em virtude de uma associação de idéias produzidas por uma convenção, por exemplo, aquela que liga o som de uma palavra ao que ela representa ou a convenção que associou a cor verde como símbolo de esperança.

Jung reconhece o símbolo como a principal fala da psique. Assim como fenômenos psíquicos, os símbolos afetam tanto os nossos pensamentos quanto os nossos sentimentos. Por eles somos tomados ao nível de uma emoção, de uma idéia. Ser tocado pelos símbolos é se envolver num mundo de realidades invisíveis por trás de algo visível, buscando estabelecer um sentido.

Ana Lucia Fernandez
Ermelinda G. F. Silveira
Kariston Pereira
Shirley Queiroz
Richard Perassi L. de Sousa
Francisco A. P. Fialho



Através do deciframento de mensagens simbólicas da psique, Jung concebe a possibilidade de conectar o indivíduo com suas forças mais criativas e esclarecer os significados mais profundos de suas vidas.

A psicologia junguiana compõe uma semiótica específica, visando revelar seu objeto de estudo que se desenvolve na subjetividade e na intersubjetividade, sob o cotidiano social. Para Jung “o que chamamos símbolo é um termo, um nome ou mesmo uma imagem que nos pode ser familiar na vida diária, embora possua conotações especiais além do seu significado evidente e convencional.” (JUNG, 1996).

O símbolo assim apresentado revela uma parte consciente e outra inconsciente, estando além do racional e do irracional, porque contempla as duas esferas ao mesmo tempo. Portanto, em parte, o símbolo é acessível à razão, mas uma outra parte escapa à racionalidade para fazer vibrar cordas ocultas no inconsciente.

Na sexta pergunta, que indaga se signo pode ter algum significado, mesmo quando é absolutamente incognoscível, Peirce enfrentou, ao mesmo tempo, os problemas do significado e do incognoscível. Qual é a fonte de nossas intuições ou primeiras cognições? Os intuicionistas responderiam que é algo que não pode ser conhecido, mas que determina nossas cognições. Peirce concluiu que, embora a verdade dessas proposições não possa, de fato, ser conhecida com certeza absoluta, ela pode provavelmente ser conhecida por indução.

Em parte, o incognoscível peirceano é análogo ao *noumenon* Kantiano que, por sua vez, manifesta semelhanças com os conceitos junguianos de inconsciente coletivo e de arquétipo. O próprio Jung (1991, p. 377) assinala que, “para usar a linguagem de Kant, o arquétipo seria uma espécie de *noumenon* da imagem que a intuição percebe e gera no perceber”.

Embora seja metafisicamente mais flexível do que Freud, Jung é epistemologicamente mais exigente; durante toda sua vida afirmou repetidamente os limites epistemológicos fundamentais de suas próprias teorias. Na mesma medida em que alertava aos cientistas mais convencionais de que a sua situação epistemológica também não era muito diferente. Com sua fundamentação epistemológica mais baseada na tradição kantiana do que no materialismo racionalista mais convencional de Freud, Jung viu-se forçado a admitir que sua psicologia não tinha nenhuma implicação metafísica relevante.

Ana Lucia Fernandez
 Ermelinda G. F. Silveira
 Kariston Pereira
 Shirley Queiroz
 Richard Perassi L. de Sousa
 Francisco A. P. Fialho



Jung atribuiu substância à experiência "interior" e indicou à realidade psicológica um *status* de fenômeno empírico. Assim, deu um passo relevante além de Kant, que havia atribuído esse mesmo *status* à experiência "exterior". Depois disso, toda a experiência humana teria de ser incluída na composição de um empirismo de fato abrangente e não apenas as impressões dos sentidos.

No decorrer das suas observações empíricas, Jung percebeu que havia uma camada ainda mais profunda do inconsciente, formada por conteúdos que nunca haviam sido conscientes. O inconsciente não era apenas um depósito do passado do indivíduo e sim fonte de situações psíquicas futuras. Nessa camada estão as coisas que se formam dentro de nós e somente mais tarde chegarão à consciência, essa observação o levou à descoberta do inconsciente coletivo.

Uma ilustração da existência dessa camada psíquica foi apresentada por Jung (1996), por meio da história do químico alemão Kekulé que, no século XIX, pesquisava a estrutura molecular do benzeno. O químico sonhou com uma serpente que mordida o próprio rabo, interpretando esse símbolo como um círculo fechado de carbono, que o levou à descoberta da estrutura do benzeno. A serpente que morde o próprio rabo é um símbolo antiqüíssimo, denominado de uróboro.

O inconsciente coletivo corresponde ao nosso substrato psíquico mais profundo que, tanto na esfera do indivíduo, ontogênica, quanto na esfera da espécie, filogênica, é o mais antigo, arcaico e pré-verbal. É também denominado de psique objetiva e conectado com o corpo e com os instintos. Face ao seu aspecto arcaico, a psique objetiva não é conceitual, porque a linguagem e os conceitos surgiram mais tardiamente na evolução, portanto, comunica-se por meio de imagens, analogicamente. Essa camada psíquica profunda parece ser constituída por temas ou imagens de natureza mitológica. Toda a mitologia seria uma espécie de projeção do inconsciente coletivo e, a partir dessa dimensão, parece brotar tudo o que é criativo.

Os blocos básicos de construção da psicologia junguiana são os "arquétipos" que correspondem a padrões inatos de comportamento, herdados de modo comum por toda a humanidade. Os arquétipos são formas sem conteúdo, correspondendo a possibilidades latentes de manifestação. São análogos aos instintos, como elementos autônomos da psique inconsciente (JUNG, 2000).

Ana Lucia Fernandez
Ermelinda G. F. Silveira
Kariston Pereira
Shirley Queiroz
Richard Perassi L. de Sousa
Francisco A. P. Fialho



Por definição, os arquétipos são fatores e motivos que ordenam os elementos psíquicos em determinadas imagens, caracterizadas como arquetípicas. Todavia, isso ocorre de tal modo que essas imagens somente podem ser reconhecidas pelos efeitos que produzem. O inconsciente fornece, por assim dizer, a forma arquetípica, que é em si mesma vazia e, por isso, inimaginável. No entanto, o consciente preenche essa forma com material imaginado, aparentado e semelhante, tornando-a perceptível (JACOBI, 1986).

Para Jung, as representações dos arquétipos na consciência, que são os símbolos ou imagens arquetípicas, constituem-se na base do conhecimento. Quando ativos, os símbolos se mostram energizados ou desenvolvidos, “constelados”, para usar uma terminologia junguiana. Assim, realizam uma função estruturante, “modelando” a personalidade e definindo o modo como vemos o mundo (BOLEN, 1990).

3. Indução para Peirce e discussões sobre uma possível resposta para a sétima pergunta

Segundo Peirce (1975), o raciocínio indutivo, ou sintético, é mais do que a mera aplicação de uma regra geral a um caso particular, porque parte de uma premissa menor para outra maior. A indução é a inferência de uma regra a partir do caso e do resultado. Sendo assim, ela ocorre quando generalizamos a partir de um certo número de casos em que algo é verdadeiro e inferimos que a mesma coisa será verdadeira para o total da classe.

Sobre as relações entre indução e hipótese, Peirce (1975, p. 161) argumenta que o conceito de inferência diferencia e aproxima esses dois termos:

A grande diferença entre a indução e a hipótese está em que a primeira infere a existência de fenômenos semelhantes aos que observamos em casos similares, ao passo que a hipótese supõe algo de tipo diferente do que diretamente observamos e, com freqüência, de algo que nos seria impossível observar diretamente. Daí deflui que quando estendemos uma indução para bem além dos limites do observado, a inferência passa a participar da natureza da hipótese. [...] A indução é claramente um tipo e inferência muito mais forte do que hipótese; e essa é a primeira razão para distinguir uma da outra.

Uma das razões para distinguir entre os dois tipos de raciocínio é a impossibilidade de inferir indutivamente conclusões hipotéticas. Outra vantagem da distinção entre indução e

Ana Lucia Fernandez
Ermelinda G. F. Silveira
Kariston Pereira
Shirley Queiroz
Richard Perassi L. de Sousa
Francisco A. P. Fialho



abdução é a de que ela se associa a importante diferença psicológica, ou antes, fisiológica, no modo de apreender os fatos. De acordo com Peirce (1975, p.163), a indução infere uma regra:

Ora, crer numa regra é fruto de hábito. Que o hábito seja uma regra ativa em nós é evidente. Toda crença tem a natureza de um hábito, na medida em que é de caráter geral. A indução é, portanto, a fórmula lógica que expressa o processo fisiológico da formação de um hábito. [...] A hipótese dá lugar ao elemento sensorial do pensamento e a indução ao elemento habitudinário.

Para acessar o inconsciente coletivo, o incognoscível, Jung, concordando com Peirce, parecia utilizar o método da indução. Este método parece permear toda a obra de Jung, que o utilizou não só com ele mesmo, como com os seus pacientes.

Em seu livro autobiográfico “Memórias, sonhos e reflexões” (Jung, 2006), Jung nos relata a viagem que fez à África, local onde esperava encontrar um posto de observação psíquica fora da esfera do mundo europeu. Na verdade, ele desejava, inconscientemente, encontrar uma parte da sua personalidade que se tornara invisível sob a influência e pressão de ser europeu. Essa parte, que estava em oposição inconsciente com ele mesmo, era reprimida. No entanto, o seu objetivo era torná-la mais consciente, através do discernimento.

A preocupação de Jung com o mundo dos chamados “primitivos”, seu trabalho de campo entre eles, sua fascinação com seus ritos e cerimônias, observações sobre sua psicologia, avaliação de seus medos, do seu pensamento analógico, a seriedade que dispensavam aos fenômenos da alma, o respeito que mostravam pelo símbolo – tudo isso forneceu informações para as afirmações de Jung sobre os resíduos psicológicos de primitivismo no homem moderno. Era um experimento obrigado pela própria natureza psíquica de Jung, uma indução de seu próprio inconsciente.

Na sétima pergunta de Peirce, sobre a existência de alguma cognição não determinada por uma cognição prévia, coloca-se o problema central dos intuicionistas, que trata das origens do conhecimento. Mesmo que toda cognição seja determinada por uma cognição anterior, deve haver uma cognição ou um outro fator de origem, caso contrário o processo de cognição será sempre indeterminado, contrariando a lógica que prevê uma origem para quaisquer processos. A complexidade dessa questão não se esgota na resposta de Peirce, indicada em seus artigos iniciais, de que as premissas primeiras da demonstração seriam indemonstráveis.

Ana Lucia Fernandez
Ermelinda G. F. Silveira
Kariston Pereira
Shirley Queiroz
Richard Perassi L. de Sousa
Francisco A. P. Fialho



Os problemas aí implicados foram reaparecendo constantemente em suas teorias e, portanto, Peirce foi convencido de que não poderia haver nada mais inadequado e não confiável do que fundar o conhecimento na intuição, porque isso atribuía à consciência individual a certeza do conhecimento e da investigação.

Peirce, contudo, não chegou a refutar a existência da intuição, mas duvidou da ocorrência de uma intuição originária. Portanto, considerou refutada a concepção da intuição como origem, como porto seguro ou como ponto de partida infalível para o conhecimento.

Sobre essa mesma questão, Jung reporta a outras formas de cognição a partir do seu conceito de sincronicidade. Com relação ao termo, Jung (1972) justifica sua escolha:

Escolhi este termo porque a aparição simultânea de dois acontecimentos, ligados pela significação, mas sem ligação causal, me pareceu um critério decisivo. Emprego, pois, aqui, o conceito geral de sincronicidade, no sentido especial de coincidência, no tempo, de dois ou vários eventos, sem relação causal, mas com mesmo conteúdo significativo.

Conteúdo significativo é a forma de expressar os eventos afins que, separados pela cronologia, só podem se encontrar na paralisação do tempo, na simultaneidade. Em tais circunstâncias parece que o fator tempo foi eliminado por uma função psíquica, ou melhor, por uma disposição psíquica que é capaz de eliminar também o fator espaço (JUNG, 1972).

Essa função psíquica é o inconsciente. Nele o eu, o sujeito, está ausente. Mas nele, também, encontra-se uma forma de inteligência, cujo conhecimento se postula, como diz Jung, como “precognição de alguma espécie”. Este tipo de cognição não é, certamente, um conhecimento que possa estar ligado ao eu, e, portanto, não é um conhecimento consciente como o conhecemos, mas um conhecimento inconsciente subsistente em si mesmo, e que poderia ser chamado de conhecimento absoluto. Não é uma cognição do sentido próprio, mas, como disse Leibniz, de maneira excelente, uma percepção que consiste ou parece consistir em simulacro, imagens desprovidas de sujeito (JUNG, 1972).

4. Considerações Finais

Ana Lucia Fernandez
 Ermelinda G. F. Silveira
 Kariston Pereira
 Shirley Queiroz
 Richard Perassi L. de Sousa
 Francisco A. P. Fialho



No desenvolvimento de seu trabalho intelectual, Peirce propôs a teoria que descreve a faculdade instintiva da “abdução”, como fonte das iluminações e descobertas humanas. Portanto, não é possível afirmar que Peirce tenha refutado a intuição, porque idéia semelhante à intuição compõe o conceito de abdução. O questionamento de Peirce, portanto, recai sobre a intuição originária, levando-o à rejeição do indicativo kantiano da intuição como origem, porto seguro, ou ponto de partida infalível para o conhecimento.

Desse modo, Peirce propôs que algumas implicações decorrentes do cognitivismo precisariam ser reconsideradas.

Primeiramente, Peirce questionou a autonomia da razão individual como instrumento de certeza sobre os fenômenos, como poderia supor a teoria da intuição. Assim, ele reafirmou que qualquer certeza é sempre provisória e decorre de razão coletiva.

Outro questionamento é direcionado ao empirismo, considerando que a experiência em si mesma não apresenta valor intelectual, porque a mente trata dos conteúdos da consciência, nos quais os dados empíricos já foram reconhecidos por meio da ação mental e, nesse caso, o fenômeno é um evento ideal, ou idealizado.

Com base nesses questionamentos, Peirce indica que não há conhecimento sem interpretação ou mediação, visto que todo conhecimento é condicionado pelo processo de cognição, que é inferencial da ação mental, da cognição e da natureza do ser humano. Disso decorre sua teoria do signo, que nega a proposta kantiana de que, mesmo limitada, há uma relação direta entre a consciência e o mundo fenomênico. Para Peirce, essa é uma relação mediada pela significação. O conhecimento humano e a ciência nunca serão absolutamente certos e seguros, mas constantemente aproximativos. Na medida em que o ser humano é um signo, ele está constantemente em processo.

Para Jung, esse homem em eterno processo de vir a ser, no caminho da individuação, busca expressão na vida simbólica. Assumindo a responsabilidade ética e moral consigo e com a sociedade de encontrar e dar sentido à própria vida, ele constrói e vive seu próprio mito.

A semiótica peirceana ao propor o entendimento dos signos encontra-se com a psicologia analítica de Jung, voltada para a dimensão crítica e oculta do simbolismo pré-consciente. Na “linguagem do inconsciente”, o símbolo é a expressão mais pungente. Peirce revelou a mediação

Ana Lucia Fernandez
Ermelinda G. F. Silveira
Kariston Pereira
Shirley Queiroz
Richard Perassi L. de Sousa
Francisco A. P. Fialho



do signo entre a consciência humana e a dinâmica do universo que o cerca externamente. Por sua vez, Jung propôs a mediação simbólica entre a consciência humana e as suas raízes internas inconscientes, as quais também se relacionam com todo o universo que é o campo de sua formação. O símbolo não tem nada a ocultar, entretanto, é uma tentativa de elucidar mediante a analogia, alguma coisa ainda totalmente desconhecida e em processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOLEN, J. S. **As deusas e a mulher**: nova psicologia das mulheres. São Paulo: Paulus, 1990.
- DESCARTES, R. **Regras para a orientação do espírito**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- EDINGER, E. F. **Ego e arquétipo**. São Paulo: Cultrix, 1992.
- JACOBI, J. **Complexo, arquétipo, símbolo na psicologia de C. G. Jung**. Trd. de Margit Martincic. São Paulo, Ed. Cultrix, 1986.
- JUNG, C.G. **Synchronicity, an accausal connecting principle**. O.C. vol. 8. Princeton: Princeton University Press, 1972.
- _____. **Tipos psicológicos**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- _____. **O homem e seus símbolos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.
- _____. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. **Memórias, Sonhos e Reflexões**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- KANT, I. **Crítica da razão pura**. Os pensadores. Vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- PEIRCE, C.S. (1931-58). **Collected Papers**. Vols. 1-6 ed. Hartshorne and Weiss; vols. 7-8 ed. Burks. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- _____. **Semiótica e filosofia**. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1975.
- REALE, G. ANTISERI, D. **História da filosofia**. V. 3. 3ª Ed. São Paulo: Paulus, 1991.
- SANTAELLA, L.. **O método anticartesiano de C. S. Peirce**. São Paulo: UNESP/FAPESP, 2004. 277p.

Ana Lucia Fernandez
 Ermelinda G. F. Silveira
 Kariston Pereira
 Shirley Queiroz
 Richard Perassi L. de Sousa
 Francisco A. P. Fialho



STEIN, M. **Jung, o mapa da alma**. São Paulo: Cultrix, 2000.

Ana Lucia Fernandez
Ermelinda G. F. Silveira
Kariston Pereira
Shirley Queiroz
Richard Perassi L. de Sousa
Francisco A. P. Fialho